

VIOLÊNCIAS NA ESCOLA: NORMALIZAÇÃO E PODER

VIOLENCE IN SCHOOL: NORMALIZATION AND POWER

Ciências Humanas • 01/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780255527](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780255527)

Leonor Serafim de Souza Nunes¹

Lúcia Serafim de Souza²

Luzilei Adriana de Souza Campos³

Miriam Carla Schlichting Bittencourt⁴

Nelice Dal Bosco⁵

Rita de Cássia da Silveira Bett⁶

Solange Fontoura Lemes⁷

RESUMO

Este estudo tem como tema “Violências na Escola: propostas de atenção e prevenção” e tem como objetivo geral analisar a violência no contexto escolar a partir das relações entre norma, disciplina e poder, fundamentando-se em contribuições teóricas de Judith Butler, Hannah Arendt, Julia Siqueira e Miriam Abramovay, entre outros autores pesquisados nas plataformas de pesquisa acadêmica, Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, BDTD (teses/dissertações). Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, que busca compreender como as normas sociais e institucionais influenciam a produção e a reprodução de práticas violentas no ambiente escolar. Pretende-se, ainda, refletir sobre o papel da escola na intensificação ou na minimização de formas de violência. A violência no ambiente escolar manifesta-se de maneira complexa, abrangendo práticas de natureza física, psicológica, sexual e virtual, podendo ocorrer tanto no interior da escola quanto em seu entorno. Tais ocorrências repercutem significativamente no bem-estar emocional, na sensação de segurança e no desempenho de estudantes e professores. Os resultados indicam que a violência na escola não se restringe a atos físicos, mas incluem dimensões simbólicas e discursivas que operam na exclusão e na marginalização de sujeitos considerados “fora da norma”. Observa-se que as relações de poder atravessam o cotidiano escolar, sendo reproduzidas por meio de práticas pedagógicas, interações sociais e estruturas institucionais. Conclui-se que o enfrentamento da violência exige a problematização das normas que regulam os comportamentos e a construção de uma cultura escolar pautada no diálogo, na inclusão e no reconhecimento das diferenças.

Palavras-chave: violência escolar; norma; poder; relações sociais; educação.

ABSTRACT

This study, themed "Violence in Schools: Proposals for Attention and Prevention," aims to analyze violence in the school context based on the relationships between norms, discipline, and power. It draws on the theoretical contributions of Judith Butler, Hannah Arendt, Julia Siqueira, and Miriam Abramovay, among other authors researched on academic platforms such as Google Scholar, SciELO, CAPES Periodicals Portal, and BDTD (theses/dissertations). This is a qualitative, bibliographical study that seeks to understand how social and institutional norms influence the production and reproduction of violent practices in the school environment. It also intends to reflect on the role of the school in intensifying or minimizing forms of violence. Violence in the school environment manifests itself in a complex way, encompassing physical, psychological, sexual, and virtual practices, and can occur both inside the school and in its surroundings. Such occurrences significantly impact the emotional well-being, sense of security, and performance of students and teachers. The results indicate that violence in schools is not limited to physical acts but includes symbolic and discursive dimensions that operate in the exclusion and marginalization of subjects considered "outside the norm." It is observed that power relations permeate daily school life, being reproduced through pedagogical practices, social interactions, and institutional structures. It is concluded that confronting violence requires problematizing the norms that regulate behaviors and building a school culture based on dialogue, inclusion, and recognition of differences.

Keywords: school violence; norm; power; social relations; education.

RESUMEN

Este estudio, titulado "Violencia en las escuelas: Propuestas para la

atención y la prevención", analiza la violencia en el contexto escolar a partir de las relaciones entre normas, disciplina y poder. Se basa en las contribuciones teóricas de Judith Butler, Hannah Arendt, Julia Siqueira y Miriam Abramovay, entre otros autores consultados en plataformas académicas como Google Scholar, SciELO, el Portal de Publicaciones Periódicas de CAPES y BDTD (tesis/disertaciones). Se trata de un estudio cualitativo y bibliográfico que busca comprender cómo las normas sociales e institucionales influyen en la producción y reproducción de prácticas violentas en el entorno escolar. Asimismo, pretende reflexionar sobre el papel de la escuela en la intensificación o minimización de las formas de violencia. La violencia en el entorno escolar se manifiesta de forma compleja, abarcando prácticas físicas, psicológicas, sexuales y virtuales, y puede ocurrir tanto dentro como fuera de la escuela. Estos sucesos tienen un impacto significativo en el bienestar emocional, la sensación de seguridad y el rendimiento de estudiantes y docentes. Los resultados indican que la violencia en las escuelas no se limita a actos físicos, sino que incluye dimensiones simbólicas y discursivas que operan en la exclusión y marginación de quienes se consideran "fuera de la norma". Se observa que las relaciones de poder impregnan la vida escolar cotidiana, reproduciéndose a través de prácticas pedagógicas, interacciones sociales y estructuras institucionales. Se concluye que afrontar la violencia requiere problematizar las normas que regulan los comportamientos y construir una cultura escolar basada en el diálogo, la inclusión y el reconocimiento de las diferencias.

Palabras-clave: violencia escolar; norma; poder; relaciones sociales; educación.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a violência configura-se, como um fenômeno que demanda atenção constante, uma vez que se manifesta de múltiplas formas e produz sentimento de insegurança e medo em diferentes esferas da sociedade. Nesse contexto, tem se consolidado como objeto de investigação de diversos estudiosos, tornando-se foco de teorizações e debates que buscam compreender sua complexidade e apontar possibilidades de enfrentamento para um problema que desafia os mecanismos de controle e regulação social.

“Mas a violência não é um fenômeno novo: ao contrário, ela é um traço de ações e interações que se perfilam em um processo e que são parte de uma história que se realiza por ambíguo percurso. Na verdade, o mundo de hoje é mais e menos violento do que o de ontem. Também é mais fácil e difícil nele viver.” (Abramovay, 2006, p. 10)

Desse modo, a violência faz parte da história das relações humanas, está presente nas interações sociais ao longo do tempo. A autora indica que a violência não evolui de forma linear, podendo diminuir em alguns aspectos e aumentar em outros, dependendo do contexto histórico e social.

No mundo atual existem avanços importantes, como leis de proteção, maior debate público e políticas de prevenção, mas, ao mesmo tempo, surgem novas formas de violência, muitas vezes mais sutis ou complexas, como a violência simbólica, virtual ou institucional, ou seja, a violência sempre existiu, mas se transforma

ao longo do tempo; embora a sociedade tenha avançado em alguns aspectos, ainda enfrenta desafios, pois novas formas de violência continuam a surgir, tornando a convivência ao mesmo tempo mais segura em alguns pontos e mais difícil em outros. No entanto,

“A escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que se refletem no dia a dia. Assim, recusa-se a tese de que a instituição não reflete somente um estado de violência generalizado que teria origem fora dela. Se fosse dessa maneira se retira do sistema de ensino sua responsabilidade sobre o processo de produção e enfrentamento da violência”. (Abramovay, 2021, p. 9)

Desse modo, a visão simplista de que a violência escolar seria apenas um reflexo direto das tensões sociais externas deve ser refutada, tendo em vista que a escola também produz formas próprias de violência, esse argumento desloca o olhar para dentro da instituição, reconhecendo que suas dinâmicas internas de disciplina, normas, relações de poder, práticas pedagógicas e formas de gestão podem tanto gerar quanto intensificar situações de conflito. A escola é um ambiente ativo na construção das relações, isso inclui, por exemplo, práticas excludentes, rotulações, desigualdades no tratamento dos estudantes ou até mesmo a omissão diante de conflitos, que acabam contribuindo para a manutenção de diferentes tipos de violência no cotidiano escolar.

Sabendo-se que a violência não tem origem exclusivamente externa, a responsabilidade do sistema educacional no enfrentamento desse fenômeno deve ser priorizada. Isso implica reconhecer que a escola possui um papel fundamental não apenas na reprodução, mas também na prevenção e transformação dessas práticas, por meio de ações pedagógicas, construção de uma cultura de diálogo, fortalecimento de vínculos e promoção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

A violência no contexto escolar apresenta-se de forma diversa, englobando agressões que podem ocorrer tanto no interior da instituição quanto em seus arredores, incluindo dimensões físicas, psicológicas, sexuais e digitais, como o bullying e o cyberbullying. Essas manifestações afetam de maneira significativa o equilíbrio emocional, a percepção de segurança e o processo de ensino-aprendizagem de alunos e professores. Entre as formas mais recorrentes, destacam-se insultos, depredação do patrimônio e atitudes discriminatórias, geralmente associadas a condições sociais e familiares fragilizadas, bem como a dinâmicas de exclusão social.

A problemática da violência escolar, reflete um panorama de incertezas no cenário educacional, a violência no ambiente escolar é um fenômeno complexo e multifacetado que vai além de simples atos de indisciplina, no entanto não é um acontecimento novo, pois a violência escolar acompanha diversas gerações se transformando e integrando o novo contexto, se apresenta de formas leves ou severas se intensificando chegando a convergir com algumas com ações criminosas. Rocha (2010, p. 68), assegura que “[...] as violências, presentes sob diferentes formas nas sociedades ao longo da história, constituem-se um fenômeno relacionado a um significado

socialmente construído e capaz de assumir sentidos diversos segundo o tempo e o espaço”.

Desse modo, a violência assume novas fardagens conforme o contexto em que se apresenta, ou seja, algumas atitudes que são consideradas violentas no cenário atual, podem ter tido uma conotação normalizada em outros momentos históricos, fazendo parte de um ritual ou considerada atitude corriqueira, como exemplo alguns apelidos preconceituosos, racistas, considerados comuns por várias gerações. Apesar de ser inquestionável, algumas atitudes de violência podem ganhar vários sentidos demonstrando que o grau de violência pode ser avaliado dependendo da classe social, raça, cor, etnia, religião.

A violência no contexto escolar constitui um fenômeno complexo e multifacetado, que ultrapassa manifestações físicas e envolve dimensões simbólicas, institucionais e relacionais. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as normas sociais e escolares, articuladas às relações de poder, contribuem para a produção e a manutenção de práticas violentas.

De acordo com Abramovay (2002), a violência escolar manifesta-se de diferentes formas, incluindo agressões físicas, verbais, discriminação e exclusão social, afetando diretamente o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, para além dessas expressões visíveis, é necessário considerar as formas sutis de violência que operam por meio da imposição de normas e padrões de comportamento.

A partir das contribuições de Butler (2015), entende-se que as normas sociais regulam os corpos e as identidades, definindo quais

sujeitos são reconhecidos e quais são marginalizados. Já Arendt (2011) distingue poder e violência, destacando que a violência emerge quando o poder legítimo se fragiliza. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social, torna-se um espaço privilegiado para observar essas dinâmicas.

Este estudo objetiva analisar a violência na escola a partir das relações entre norma e poder, buscando compreender como tais elementos influenciam o cotidiano escolar e as práticas educativas. O tema é relevante por tratar de uma problemática em evidência no cotidiano das escolas, que suscita crise institucional oriunda do contexto histórico que exige que a escola renuncie muitas das suas posturas e busque estabelecer vivências mais eficazes com o momento em que se vive.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Violência Escolar: Conceitos e Manifestações

A violência perpassa e faz parte do cotidiano da sociedade, os indivíduos convivem e enfrentam desde muito cedo os mais variados tipos de violência, o que facilita a reprodução, e muitas vezes se tornam violentos já que é que algo comum em sua vida, pois “[] a violência é considerada um fenômeno cotidiano e, por isso, negligenciada” (Ribeiro, 2016, p. 1), o que chama atenção para um aspecto preocupante: a naturalização da violência no cotidiano. Ao ser percebida como algo comum, recorrente e quase esperado, a violência tende a ser banalizada, o que contribui para sua invisibilização e para a ausência de intervenções efetivas. Banalizar a violência fragiliza o ambiente escolar e compromete a aprendizagem, é preciso considerar que, “[a] violência sempre

ocupou uma posição importante nos assuntos humanos, mas raramente foi objeto de consideração especial.” (Ribeiro, 2016, p. 1), desse modo, a violência sempre esteve presente na história e nas relações humanas, influenciando comportamentos, conflitos e formas de organização social. No entanto, apesar dessa presença constante, ela nem sempre foi analisada de maneira aprofundada ou tratada como um problema que exige reflexão crítica.

Rocha evidencia a complexidade do conceito de violência e a impossibilidade de compreendê-lo de maneira única ou restrita sinalizando que

“O uso do termo violências tem servido a uma gama de situações bem distintas, que pelo sentido classificado na literatura, quer como violências físicas, psicológicas, violências e sexuais dentre outras, quer por sua vinculação aos agentes e ou âmbito de convivência, violências infantis, juvenis, domésticas e escolares”. (Rocha, 2014, p.64)

O que nos mostra que a violência pode acontecer de muitas formas diferentes e não apenas por meio de agressões físicas. Existem vários tipos de violências para mostrar como violência psicológica, sexual, doméstica, infantil e escolar.

A violência muda conforme o lugar e as pessoas envolvidas. Na escola, por exemplo, a violência pode aparecer em atitudes como bullying, racismo, humilhações, exclusão, preconceitos ou até no

silêncio diante das injustiças. Já no ambiente doméstico, ela pode acontecer nas relações familiares.

Outro ponto importante apontado por Rocha (2014) é que muitas dessas violências acabam sendo vistas como normais pela sociedade. Algumas práticas são tão comuns no cotidiano que deixam de ser percebidas como violência, mesmo causando sofrimento. Por isso, os estudos sobre o tema procuram ampliar o olhar das pessoas para que elas consigam reconhecer e combater essas diferentes formas de violência.

A violência é um fenômeno complexo, presente em vários espaços da sociedade, e que precisa ser compreendido para além da agressão física.

Rocha (2014), corrobora, afirmando que “os sentidos atribuídos ao termo violência são múltiplos” (Rocha, 2014, p.63). Diante disso, “os teóricos postulam aspectos peculiares desses sentidos tentando desvelar olhares, concepções e práticas naturalizadas e legitimadas, além de implementarem novas possibilidades para sua compreensão”.

Observa-se o fato de que a violência não possui um significado único ou fixo. Sua compreensão varia conforme o contexto histórico, social, cultural e político em que ela ocorre. Isso significa que a violência não pode ser reduzida apenas a agressões físicas ou atos explícitos de brutalidade, pois ela também se manifesta de maneiras simbólicas, institucionais, psicológicas e estruturais.

A autora evidencia que muitos comportamentos violentos acabam sendo vistos como normais pela sociedade. Em diversos contextos, práticas de exclusão, discriminação, humilhação ou silenciamento

tornam-se tão frequentes que deixam de ser percebidas como violência. Assim, os estudos sobre o tema procuram justamente questionar essas práticas naturalizadas, revelando como determinadas relações de poder produzem sofrimento e desigualdade.

No contexto escolar, essa reflexão é especialmente importante, pois muitas violências estão presentes no cotidiano de forma silenciosa. Situações como racismo, bullying, homofobia, desigualdade de tratamento, exclusão de estudantes ou desvalorização de determinadas culturas frequentemente são banalizadas ou tratadas como “comuns”. A contribuição Rocha consiste justamente em ampliar o olhar sobre a violência, permitindo compreender que ela também se manifesta nas relações simbólicas e institucionais.

É notável que os estudos sobre violência não pretendem apenas identificar atos violentos, mas compreender suas origens, suas formas de funcionamento e seus impactos na vida dos sujeitos. Dessa maneira, amplia-se a possibilidade de construir práticas educativas e sociais mais democráticas, capazes de enfrentar as desigualdades e promover relações fundamentadas no respeito, no reconhecimento e na justiça social.

Nesse cenário, evidencia-se que, para muitos desses profissionais, torna-se desafiador flexibilizar aspectos como a norma, a disciplina e o exercício do poder — elementos tradicionalmente presentes nas relações verticais que caracterizam o ambiente escolar. Tal configuração pode contribuir para a manutenção de tensões e conflitos no cotidiano educativo.

A violência na escola não pode ser compreendida como um conjunto de episódios isolados ou eventuais, mas deve ser analisada como um fenômeno complexo, inserido em um contexto social, histórico e cultural mais amplo. Nesse sentido, (Abramovay, 2006, p.17) ressalta a “pluralidade das violências nas escolas, categorizadas em microviolências, violências simbólicas e violência dura”. A autora evidencia que, nas interações entre jovens e adultos no ambiente escolar, coexistem relações marcadas por antagonismos. De um lado, há vínculos positivos, como empatia, parceria e admiração; de outro, surgem manifestações negativas, como apelidos pejorativos, disputas, ameaças, ofensas verbais e atitudes de indiferença.

Nesse contexto, as agressões verbais aparecem como as formas mais frequentes de violência, sendo muitas vezes naturalizadas no cotidiano. Entretanto, os conflitos também podem evoluir para agressões físicas, utilizadas como meio de resolução de desentendimentos. Soma-se a isso a presença de armas brancas e de fogo, o que intensifica a sensação de insegurança e agrava o clima de tensão dentro da escola.

Outro aspecto relevante refere-se aos conflitos motivados por preconceitos, que atravessam as relações sociais de maneira explícita ou sutil. Práticas discriminatórias afetam diretamente a autoestima dos estudantes, comprometem seu desempenho escolar e, quando não são enfrentadas de forma adequada, podem se transformar em situações de violência mais graves.

A violência na escola não pode ser reduzida a episódios isolados, sendo necessário compreendê-la como parte de um contexto social mais amplo. Abramovay (2002) ressalta que as violências nas escolas representam um considerável aumento no Brasil, “sendo diversos os

episódios, envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas aos atores da comunidade escolar,” despertado a atenção de organizações públicas, internacionais e da sociedade.

Com isso, amplia-se a compreensão do fenômeno ao evidenciar que a violência não se restringe a atos físicos, mas também se manifesta por meio de estruturas normativas que definem quais vidas são reconhecidas e quais são desvalorizadas. Para a autora, os enquadramentos sociais produzem formas de exclusão que operam de maneira silenciosa, mas profundamente eficaz.

Butler (2020, p. 41) ainda destaca que determinadas vidas são consideradas menos dignas de proteção, o que contribui para a naturalização de práticas violentas direcionadas a grupos específicos. No contexto escolar, isso se evidencia quando estudantes que não se adequam às normas sociais — seja por questões de gênero, comportamento ou desempenho, tornam-se mais vulneráveis a processos de exclusão e violência simbólica.

Rocha (2014) destaca que a violência também se manifesta nas relações cotidianas, muitas vezes naturalizadas, como brincadeiras ofensivas, apelidos e práticas discriminatórias. Essas ações, embora aparentemente inofensivas, contribuem para a construção de um ambiente escolar hostil.

A violência escolar deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que envolve tanto ações individuais quanto mecanismos institucionais e normativos. A análise dessas dimensões permite reconhecer que a escola não apenas reproduz desigualdades sociais, mas também pode atuar como espaço de

transformação, desde que promova práticas fundamentadas no respeito, na diversidade e no diálogo.

A violência no espaço escolar tem se constituído como uma das problemáticas mais discutidas no campo educacional contemporâneo. Durante muito tempo, o debate sobre violência escolar esteve associado apenas às agressões físicas entre estudantes ou aos conflitos explícitos dentro das instituições de ensino. Contudo, as pesquisas atuais apontam que a violência na escola se manifesta de formas múltiplas, atravessando relações pedagógicas, institucionais, culturais e simbólicas. Assim, compreender a violência escolar exige analisar não apenas os atos visíveis de agressão, mas também os mecanismos sutis de exclusão, silenciamento e normalização presentes no cotidiano educacional.

Nesse contexto, a escola pode ser entendida como um espaço atravessado por relações de poder que produzem normas, comportamentos e subjetividades. Embora seja reconhecida socialmente como instituição voltada para a formação humana, para a convivência democrática e para a produção do conhecimento, a escola também reproduz desigualdades históricas e sociais, reforçando padrões de normalidade que marginalizam sujeitos considerados diferentes. Questões relacionadas à raça, gênero, sexualidade, classe social, religião e deficiência frequentemente tornam-se marcadores de exclusão no ambiente escolar. Dessa forma, discutir as violências na escola implica problematizar os processos de normalização e disciplinamento que estruturam as práticas educativas, e compreender como o poder atua na constituição das relações em que determinadas práticas violentas acabam sendo naturalizadas e legitimadas no cotidiano institucional.

2.2. Norma, Disciplina e Poder na Produção da Violência

Conforme destaca Arendt (2011, p. 23), “poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, frequentemente se manifestam de forma concomitante”. Nessa perspectiva, compreende-se que, ainda que diferentes em sua natureza, poder e violência mantêm uma relação estreita, na medida em que a violência tende a emergir no interior de relações de poder estabelecidas em diversas instituições sociais, incluindo a escola. O cenário atual aponta para a necessidade de a escola assumir uma postura crítica e comprometida, reconhecendo seu papel tanto na produção quanto na superação da violência.

A partir de Butler (2019), compreende-se que as normas sociais não apenas organizam a vida em sociedade, mas também produzem exclusões. Na escola, essas normas definem padrões de comportamento, identidade e desempenho, classificando os sujeitos entre “adequados” e “inadequados”.

Ao discutir as condições de reconhecimento social, Butler (2019) afirma que “não recorreremos simplesmente a normas de reconhecimento únicas e distintas, mas também a condições mais gerais, historicamente articuladas e reforçadas, da ‘condição de ser reconhecido’” (Butler, 2019, p. 18). A reflexão da autora evidencia que o reconhecimento não ocorre de maneira neutra ou espontânea, mas está diretamente relacionado a estruturas sociais, políticas e culturais que definem quais sujeitos serão considerados legítimos, visíveis e dignos de existência social.

Nesse sentido, Butler (2019) acrescenta que existem “condições mais gerais (convenções e normas) que preparam ou modelam o sujeito

para o reconhecimento” (Butler, 2019, p. 19). Isso significa que, antes mesmo de um indivíduo ser reconhecido em sua singularidade, já existem normas sociais que determinam quem poderá ocupar lugares de pertencimento, valorização e humanidade. Assim, o reconhecimento não depende apenas das relações interpessoais, mas de sistemas históricos de poder que classificam os sujeitos a partir de marcadores como raça, gênero, classe, sexualidade e cultura.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que determinadas vidas são socialmente mais passíveis de reconhecimento do que outras. Sujeitos que não correspondem aos padrões normativos impostos pela sociedade frequentemente experienciam processos de invisibilização, exclusão e precarização. No contexto escolar, isso pode ser observado quando estudantes que fogem às normas hegemônicas seja por questões étnico-raciais, identitárias, culturais, religiosas ou socioeconômicas têm suas experiências deslegitimadas, seus saberes silenciados e suas formas de existir tratadas como inadequadas.

Dessa forma, a “condição de ser reconhecido”, mencionada por Butler 2019, antecede o próprio reconhecimento individual, pois está relacionada às estruturas históricas que definem quais sujeitos terão direito à fala, à escuta e ao pertencimento social. Tal compreensão é fundamental para pensar a escola enquanto espaço de produção de subjetividades. Afinal, a instituição escolar não apenas transmite conhecimentos, mas também produz classificações, válidas identidades e estabelece normas de convivência que podem incluir ou excluir determinados sujeitos.

Ao ampliar essa discussão, é possível compreender que a violência escolar não se restringe às agressões físicas ou verbais explícitas. Ela também se manifesta quando estudantes são impedidos de se reconhecer positivamente no espaço escolar, quando suas histórias são apagadas do currículo, quando suas identidades são constantemente corrigidas ou quando não encontram condições reais de pertencimento. Nesse sentido, a ausência de reconhecimento produz sofrimento, silenciamento e exclusão, tornando-se uma forma de violência simbólica e institucional.

Assim, refletir sobre reconhecimento em Butler (2019), implica compreender a necessidade de construir práticas educacionais comprometidas com a valorização da diversidade e com a produção de condições efetivas de pertencimento. Mais do que tolerar diferenças, trata-se de questionar as normas que historicamente definiram quais vidas importam e quais permanecem à margem. A escola, nesse contexto, precisa assumir o compromisso ético e político de promover espaços nos quais todos os sujeitos possam existir participar e ser reconhecidos em sua dignidade e humanidade.

Essa classificação pode gerar processos de marginalização, especialmente para estudantes que não se encaixam nos padrões dominantes. Assim, a violência emerge não apenas como agressão direta, mas como resultado de mecanismos normativos que silenciam e excluem.

Arendt (1999), afirma que o poder está relacionado à ação coletiva e ao consenso, enquanto a violência surge quando esse poder se rompe. No contexto escolar, isso pode ser observado quando o diálogo é substituído por práticas autoritárias ou punitivas.

Foucault (1984) questiona a ideia de que o poder atua apenas por meio da repressão, da proibição ou da punição. Para o autor, compreender o poder somente como algo que “proíbe” ou “reprime” é insuficiente, porque o poder também possui uma dimensão produtiva. Ou seja, ele não apenas impede ações, mas produz comportamentos, conhecimentos, formas de pensar e modos de viver.

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. [...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1984, p.7-8)

O poder influencia aquilo que as pessoas consideram correto, normal, aceitável ou verdadeiro. Assim, ele ajuda a construir valores, identidades e práticas sociais. No contexto escolar, o poder não aparece apenas em punições ou regras disciplinares. Ele também se manifesta na organização das salas, nos currículos, nas avaliações, nos discursos sobre o “bom aluno” e até nas expectativas sobre comportamento e desempenho. A escola produz saberes e subjetividades, ensinando não apenas conteúdos, mas também maneiras de agir, falar, pensar e se relacionar.

Foucault mostra que o poder muitas vezes é aceito porque não funciona apenas pela imposição da força. As pessoas acabam

internalizando normas e comportamentos como se fossem naturais ou desejáveis. Dessa forma, o poder torna-se mais eficiente, pois os próprios sujeitos passam a reproduzir e vigiar essas normas.

Assim, a reflexão de Foucault ajuda a compreender que o poder não está localizado somente em instituições ou autoridades específicas, mas circula em todas as relações sociais. Ele produz realidades, saberes e modos de existência, influenciando profundamente a forma como os indivíduos vivem e compreendem o mundo.

As reflexões de Michel Foucault são fundamentais para compreender os mecanismos de controle presentes nas instituições modernas. Foucault (1987) explica que a disciplina funciona como uma tecnologia de poder responsável por produzir corpos dóceis e úteis à sociedade. Esse poder disciplinar organiza comportamentos, controla o tempo, regula os espaços e estabelece normas consideradas adequadas.

Uma das manifestações mais reconhecidas do exercício do poder é aquilo que Michel Foucault denomina de “poder disciplinar”. Para o autor, “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos” (Foucault, 1984, p. 153), ou seja, por meio de práticas cotidianas, regras e mecanismos de controle, os sujeitos são moldados para agir, pensar e se comportar de determinadas maneiras.

Esse tipo de poder não se impõe de forma explícita ou violenta, mas atua de maneira contínua, discreta e muitas vezes imperceptível. Como afirma Foucault, “[...] não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente” (Foucault, 1984, p. 153).

Em outras palavras, trata-se de um poder que não depende da força visível, mas de uma vigilância constante e de normas que orientam os comportamentos. Ele opera no cotidiano, organizando espaços, tempos e condutas, fazendo com que os indivíduos internalizem essas regras e passem a se autorregular. Assim, o poder disciplinar não apenas controla, mas produz sujeitos adaptados às expectativas sociais e institucionais não impõe a força, mas atua silenciosamente, fazendo com que as regras sejam internalizadas e os indivíduos e passam a se controlar sozinhos.

2.3. Implicações para o Ambiente Educativo

As relações entre norma e poder atravessam o ambiente escolar, e influenciam diretamente as práticas pedagógicas e as interações entre os sujeitos. Quando a escola reproduz normas rígidas e excludentes, contribui para a intensificação da violência.

Na escola, normas e rotinas moldam comportamentos sem necessidade de coação explícita. Nesse sentido, a escola funciona como microssistema de convivência e transformação, não é espanto que a mesma tem sido considerada como espaço de expressão e manifestação da violência, sendo assim, “[...] a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força” (Sposito, 1998, p. 4).

Desse modo, a escola constitui um dos principais espaços de disciplinamento social. Desde cedo, os estudantes aprendem regras de comportamento, horários, formas de falar, sentar-se, vestir e se relacionar. Embora tais mecanismos sejam frequentemente apresentados como necessários para a organização escolar, eles também funcionam como instrumentos de controle e normalização.

Nesse contexto, estudantes que não correspondem aos padrões esperados tornam-se alvo de processos de exclusão e violência simbólica. Crianças e jovens que apresentam comportamentos considerados inadequados, dificuldades de aprendizagem, identidades dissidentes ou pertencimento a grupos historicamente marginalizados frequentemente são vistos como “problema” dentro da instituição escolar.

De acordo com Rocha (2014, p. 52), “a violência também se manifesta nas relações cotidianas, frequentemente naturalizadas no interior da escola, como brincadeiras ofensivas, apelidos pejorativos e atitudes discriminatórias”. Essas práticas, embora muitas vezes banalizadas, produzem impactos significativos na constituição dos sujeitos e contribuem para a construção de um ambiente escolar marcado por tensões e desigualdades.

Nessa perspectiva, as contribuições de Butler (2021, p. 27), na obra *A força da não violência*, ampliam a compreensão do fenômeno ao evidenciar que a violência não se restringe a atos físicos, mas também se manifesta por meio de estruturas normativas que definem quais vidas são reconhecidas e quais são desvalorizadas. Desse modo, os enquadramentos sociais produzem formas de exclusão que operam de maneira silenciosa, mas profundamente eficaz. Compreende-se assim, que algumas pessoas não são reconhecidas plenamente como sujeitos dignos de cuidado, respeito e luto. Assim, a violência ocorre também quando determinadas vidas são desconsideradas socialmente, perdendo seu valor humano e sua legitimidade perante a sociedade. “Se certas vidas não são qualificadas como vidas [...], então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.” (Butler, 2019 p.13). Desse modo, determinadas vidas são consideradas menos dignas de

proteção, o que contribui para a naturalização de práticas violentas direcionadas a grupos específicos. No contexto escolar, isso se evidencia quando estudantes que não se adequam às normas sociais seja por questões de gênero, comportamento ou desempenho tornam-se mais vulneráveis a processos de exclusão e violência simbólica.

Arendt distingue claramente poder e violência, mostrando que, embora muitas vezes apareçam juntos, são fenômenos diferentes. Para a autora, a violência é sempre instrumental, ou seja, ela é usada como um meio para atingir algum objetivo. Por isso, precisa ser justificada, quem utiliza a violência tenta explicar que ela é necessária para alcançar determinado fim futuro (por exemplo, impor ordem, resolver conflitos, controlar situações). Já o poder, ao contrário, não é um meio, mas um fim em si mesmo. Arendt expressa que a violência é sempre instrumental, ou seja, tem necessidade de justificação por outra coisa. O poder é um fim em si próprio, por isso, não necessita de justificação, mas sim de legitimidade. Para Arendt (2011), “o poder e a violência, embora sejam fenômenos diferentes, surgem habitualmente juntos” (Arendt 2011, p. 57), para a autora em muitos contextos, instituições ou grupos que exercem poder também utilizam mecanismos de violência para manter o controle, no entanto, “a violência depende dos instrumentos, e os instrumentos da violência (...) aumentam e multiplicam, como todos os outros utensílios, a potência humana” (Arendt 2011, p. 57). Arendt mostra que o poder se baseia no consenso e na legitimidade, enquanto a violência é um recurso utilizado quando esse poder se enfraquece. Quanto mais se recorre à violência, maior é o sinal de fragilidade do poder legítimo.

A violência na escola nem sempre aparece de forma clara ou fácil de identificar. É uma instituição que produz formas específicas de violência, ou seja, determinadas atitudes podem ser vistas de maneiras diferentes dependendo do contexto e da interpretação das pessoas envolvidas. “A escola tem uma produção peculiar de violências, algumas situações estão nos limiares entre crime e desordem, entre indisciplina e vandalismo entre fugas do que é corrente ser denominado como violências”. (Rocha, 2014, p.166). É peculiar que algumas ações dos estudantes tratadas apenas como indisciplina, podem na verdade revelar conflitos, exclusão, sofrimento ou resistência às normas escolares. Da mesma forma, atos de vandalismo podem expressar não apenas destruição material, mas também, sentimentos de revolta, não pertencimento ou rejeição ao ambiente escolar.

Nem toda violência é reconhecida imediatamente como violência. Muitas práticas presentes no cotidiano escolar acabam sendo naturalizadas ou vistas apenas como “problemas de comportamento”. Assim, humilhações, preconceitos, silenciamentos, exclusões e relações autoritárias podem passar despercebidos, mesmo causando sofrimento aos sujeitos envolvidos.

A violência escolar é um fenômeno complexo, que não pode ser explicado apenas por atos criminosos ou agressões físicas. Ela envolve relações sociais, conflitos de poder, normas institucionais e diferentes formas de convivência presentes no espaço escolar. Por isso, compreender a violência na escola exige olhar para além das aparências e analisar as múltiplas situações que produzem exclusão, tensão e sofrimento no cotidiano educacional. Por outro lado, no espaço escolar, muitos estudantes vivenciam processos de invisibilização quando suas identidades, culturas e experiências não

são reconhecidas pela instituição. A ausência de reconhecimento produz sofrimento e compromete a construção da autoestima e da participação social. Os impactos da exclusão e da violência sobre os sujeitos são devastadores.

Assim, pensar o enfrentamento das violências na escola exige construir práticas educativas baseadas no diálogo, na escuta e na valorização da diversidade. Mais do que garantir acesso à educação, é necessário assegurar condições efetivas de pertencimento e reconhecimento para todos os sujeitos.

2.4. Educação Democrática Como Possibilidade de Enfrentamento da Violência Escolar

A construção de uma educação democrática pressupõe a superação de práticas autoritárias e excludentes historicamente presentes no ambiente escolar. Nessa perspectiva, Laval (2023) defende “uma pedagogia da igualdade supõe introduzir os alunos a uma lógica cognitiva específica, a da apropriação de saber particular” (Laval, p.112, 2023), com isso entende-se que não basta oferecer acesso à escola para todos, mas garantir que todos os estudantes tenham condições reais de se apropriar do conhecimento produzido socialmente.

Segundo Laval (2023), combater as desigualdades escolares exige transformar as relações pedagógicas e garantir que todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação, aprendizagem e construção do conhecimento, “as desigualdades escolares não são somente o reflexo passivo das desigualdades sociais, mas a consequência da relação que os alunos mantêm com a instituição, e mais precisamente, com o saber” (Laval, p.112, 2023),

ou seja, as desigualdades presentes na escola não podem ser explicadas apenas pelas diferenças econômicas e sociais existentes na sociedade. Embora essas desigualdades influenciem o percurso escolar dos estudantes, o autor destaca que a própria relação estabelecida entre os alunos, a escola e o conhecimento também contribuem para produzir ou ampliar essas diferenças.

É importante destacar a forma como os estudantes vivenciam o ambiente escolar, se realmente se sentem acolhidos, reconhecidos e participantes do processo educativo. A escola deve estar atenta em como os alunos compreendem o conhecimento, se realmente atribuem sentido à aprendizagem e conseguem se apropriar dos conteúdos escolares, se a aprendizagem faz sentido para os alunos, existe chances de minimizar a violência na escola.

Entende-se que estudantes que encontram dificuldades para se identificar com os métodos, linguagens e práticas da escola podem acabar sendo excluídos ou desmotivados, o que intensifica as desigualdades educacionais. Assim, a escola não apenas reproduz desigualdades sociais já existentes, mas também pode fortalecê-las por meio de condições exclusivas de acesso ao saber.

Dessa forma, o conhecimento deve ser compreendido não apenas como instrumento de desempenho escolar, mas como possibilidade de emancipação, participação e formação crítica dos sujeitos.

A escola pode assumir papéis distintos na vida dos estudantes, dependendo das relações e experiências construídas em seu interior, a “escola, para os estudantes pode ser vista como via de acesso ao exercício da cidadania ou, ao contrário como um mecanismo de exclusão social” (Abramovay 2002, p.42), tanto pode

contribuir para que os sujeitos ampliem suas oportunidades como pode se transformar em um ambiente que reforça processos de marginalização social.

O enfrentamento da violência escolar exige ações que ultrapassem medidas punitivas, envolvendo a construção de espaços de convivência fundamentados no respeito mútuo e na participação coletiva. Desse modo, a escola deve assumir um papel ativo na promoção de relações sociais mais democráticas, capazes de minimizar preconceitos, discriminações e práticas violentas.

Essa transformação implica repensar as relações estabelecidas no cotidiano escolar, especialmente aquelas atravessadas por mecanismos de poder, controle e exclusão. Quando o saber é apresentado de forma hierarquizada e distante da realidade dos estudantes, a escola tende a reforçar desigualdades e processos de marginalização. Uma educação democrática busca promover o diálogo, a escuta e a valorização das experiências dos sujeitos, favorecendo relações mais horizontais e inclusivas.

As práticas pedagógicas inclusivas contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes, reduzindo situações de exclusão e violência simbólica. Assim, a transformação da relação dos alunos com o saber, relaciona-se diretamente à construção de uma educação democrática, na qual o conhecimento seja compartilhado de forma crítica, participativa e humanizada. Esse movimento possibilita que a escola deixe de reproduzir práticas de silenciamento e exclusão, tornando-se um espaço de acolhimento, diálogo e formação cidadã.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violências presentes na escola ultrapassam agressão física e envolvem relações complexas de poder, disciplinamento, exclusão e normalização. A instituição escolar, ao mesmo tempo em que possui potencial emancipador, também pode reproduzir desigualdades históricas e sociais por meio de práticas excludentes que silenciam diferenças e marginalizam sujeitos.

Enfrentar as violências na escola implica questionar práticas naturalizadas, romper com modelos autoritários e construir uma educação comprometida com o reconhecimento e a valorização da pluralidade humana.

Mais do que combater conflitos visíveis, torna-se necessário transformar as relações cotidianas que produzem exclusão, sofrimento e desigualdade no ambiente escolar. Uma educação democrática exige que a escola se constitua como espaço de acolhimento, diálogo e respeito às diferenças, possibilitando que todas as vidas sejam reconhecidas como dignas de existir e aprender. As normas e as relações de poder presentes no cotidiano escolar influenciam diretamente a produção e a reprodução de práticas violentas.

A violência também se manifesta por meio de mecanismos sutis de exclusão, discriminação e silenciamento, frequentemente naturalizados nas relações escolares. Nesse contexto, as normas sociais e institucionais atuam classificando sujeitos entre aqueles considerados adequados e inadequados, produzindo marginalizações que afetam a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

O poder opera de maneira contínua e disciplinadora, moldando comportamentos, identidades e formas de pertencimento. Dessa forma, percebe-se que práticas autoritárias e excludentes no espaço escolar favorecem o fortalecimento de diferentes formas de violência.

Diante disso é pertinente reconhecer a importância da construção de uma educação democrática, fundamentada na transformação da relação dos estudantes com o saber. A escola, nesse sentido, pode constituir-se tanto como espaço de emancipação e exercício da cidadania quanto como mecanismo de exclusão social, dependendo das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas em seu interior.

O enfrentamento da violência escolar exige mais do que medidas punitivas ou disciplinadoras. Torna-se necessário promover práticas educativas inclusivas, democráticas e dialógicas, capazes de valorizar as diferenças, fortalecer o sentimento de pertencimento e garantir o acesso ao conhecimento de forma significativa. Assim, a construção de uma cultura escolar baseada no respeito, na escuta e na participação coletiva apresenta-se como caminho fundamental para a redução das violências e para a efetivação de uma educação comprometida com a justiça social e a formação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: Missão Criança, 2006.

ABRAMOVAY, M. **Violências nas Escolas**. 2ª Edição, 2021.

ABRAMOVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. 2. ed. v. 1, UNESCO. Brasília, 2002.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Tradução de Heci Regina Candiani. Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 2 ed São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática: a revolução escolar iminente**. 1.ed. Petrópolis; Vozes, 2023.

RIBEIRO, Karla Pinhel. **Violência e poder em Hannah Arendt**, 2016. Disponível em:

www.periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/1776/1604. Acesso em: 13 maio. 2026.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Violências na Escola**: Da banalidade do mal à banalização da pedagogia. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

ROCHA, Simone. Violência e sociedade: aspectos históricos e sociais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 67-80, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo**.1998. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2026.

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutoranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestranda do programa de Pós-graduação em ciências da educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)